



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Departamento de Estradas de Rodagem**  
**Coordenadoria de Aquisições e Licitações de Bens e Serviços**

## **EDITAL**

**Nº do Processo:** 139.00096004/2025-40

**Interessado:** DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM SP DER

**Assunto:** Ed. 90.286/25-PE - Contratação de sistema de gestão de RH e Folha de Pagamento, no modelo SaaS

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

90.286/2025 - REPUBLICAÇÃO

**CONTRATANTE (UASG)**  
(262201)

## **OBJETO**

Contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS (Software as a Service).

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
R\$ 339.428,80

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 24/03/2026 às 10:00 horas (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
menor preço

**MODO DE DISPUTA:**  
aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**NÃO**

## Sumário

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [7. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [8. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [11. DOS RECURSOS](#)
- [12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RDOAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.286/2025

(Processo Administrativo nº 139.00096004/2025-40)

Torna-se público que o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria Geral de Aquisições e Licitações, sediada na Avenida do Estado, 777, Bom Retiro, São Paulo-Capital, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS (Software as a Service), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas

neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil

com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º](#) e no inciso III do [art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no [art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007](#), deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do [§ 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor mensal e total estimado do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 1.700,00.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);



6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.18.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade –



CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

*7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

*7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta .*

*7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

*7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

*7.12.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.*

*7.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.*

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico SEI Sistema eletrônico de informações do Governo do Estado de São Paulo, no endereço <https://portal.sei.sp.gov.br/usuario-externo>, conforme Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023 que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, que instituiu o Sistema de Informações Eletrônicas (SEI)/SP ou por meio eletrônico [cgla@der.sp.gov.br](mailto:cgla@der.sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

*12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou*

*12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;*

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

*12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;*

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (Trinta) dias;

(2) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,5% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de



declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): [cgl@der.sp.gov.br](mailto:cgl@der.sp.gov.br), ou através do Sistema Eletrônico de Informações Sei!, cujo cadastro como usuário externo deverá ser realizado no Sistema de Informações Eletrônicas (sei!) do DER/SP, realizado através do Portal sei! do Governo do Estado de São Paulo, no endereço <https://portal.sei.sp.gov.br/usuario-externo>, conforme Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023 que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, que instituiu o Sistema de Informações Eletrônicas - sei!/SP.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada



nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14. 2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [www.der.sp.gov.br](http://www.der.sp.gov.br).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ;

14.15.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões).

São Paulo, na data da ultima assinatura eletrônica

**BENEDITA APARECIDA DE SIQUEIRA**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente por **Benedita Aparecida De Siqueira, Diretora de Administração**, em 05/03/2026, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0099474705** e o código CRC **A4032CFB**.

---



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.286/2025**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER

# Termo de Referência 220/2025

## Informações Básicas

|                    |   |                           |                          |
|--------------------|---|---------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG                                      | Editado por               | Atualizado em            |
| 220/2025           | 262201-ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER | VICTOR SANTOS DE OLIVEIRA | 04/03/2026 09:41 (v 0.8) |
| Status             |   |                           |                          |
| ASSINADO           |   |                           |                          |

## Outras informações

|   |                       |                         |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria   | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC |                       | 139.00096004/2025-40    |

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços **especializados de locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM     | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER       | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO        | VALOR TOTAL           |
|----------|---|--------------|-------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|
| <u>1</u> | <u>Contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS (Software as a Service)</u> | <u>27502</u> | <u>SERVIÇO</u>    | <u>1</u>         | <u>R\$ 339.428,80</u> | <u>R\$ 339.428,80</u> |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto

1.1.4. O valor total previsto para a contratação do sistema integrado de gestão de Recursos Humanos é de R\$ 339.428,80, conforme estimativa elaborada com base em pesquisa de mercado e processos similares. Este montante contempla todos os serviços necessários para garantir a plena operação da solução, incluindo locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva.

1.1.5. Dentro desse valor global, está previsto um custo específico para conversão e implantação, correspondente a 23% do valor total da licitação, o que equivale a R\$ 78.068,62. Este percentual reflete a complexidade das atividades iniciais, como migração de dados, parametrização do sistema e treinamento dos usuários, etapas indispensáveis para assegurar a continuidade e integridade das informações.

1.1.6. Após a fase de implantação, o contrato prevê a locação mensal do sistema no modelo SaaS, com valor de R\$ 21.780,01 por mês, durante 12 meses, totalizando R\$ 261.360,12. Essa estrutura de desembolso

garante previsibilidade orçamentária e diluição dos custos ao longo do período contratual, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

1.1.7. O planejamento apresentado assegura que todos os componentes do serviço sejam contemplados, permitindo ao DER/SP modernizar seus processos de gestão de pessoal com uma solução tecnológica robusta, integrada e em conformidade com as exigências legais.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | VALOR TOTAL   | CONVERSÃO E IMPLANTAÇÃO | VALOR MENSAL  | QUANTIDADE DE MESES DO CONTRATO | VALOR TOTAL 12 MESES |
|------|--|---------------|-------------------------|---------------|---------------------------------|----------------------|
| 1    | Contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS (Software as a Service) | R\$ 339.428,8 | R\$ 78.068,62           | R\$ 21.780,01 | 12                              | R\$ 261.360,12       |

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é **de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. **O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que se trata de locação e manutenção de sistema informatizado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa** considerando a necessidade permanente da solução para a gestão de pessoal e o Estudo Técnico Preliminar elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

**Subcontratação**

1.5. O Contratado **não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente**, o objeto contratual.

**Descrição de Requisitos Sumários**

1.6. A solução deverá permitir a gestão integrada de múltiplas organizações vinculadas ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, contemplando tanto servidores estatutários quanto empregados contratados sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

1.6.1. Deve possibilitar parametrização por unidade organizacional (ex.: sede, regionais, diretorias).

1.6.2. Suporte a diferentes regimes jurídicos (estatutário e CLT), com regras específicas para folha de pagamento, benefícios e obrigações legais.

1.6.3. Compatibilidade com normas estaduais e federais aplicáveis, incluindo integração com eSocial e Sistema AudeSP.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, elaborado nos termos do Decreto estadual nº

68.017, de 11 de outubro de 2023, que trata da governança das contratações públicas no âmbito do Estado de São Paulo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

### **Descrições da Necessidade**

2.3. O DER-SP é responsável pela gestão de servidores estatutários e empregados CLT, distribuídos em diversas unidades regionais. Atualmente, os processos de RH são realizados de forma fragmentada, com sistemas legados e controles manuais, gerando riscos de inconsistência e retrabalho.

2.4. Apresenta os seguintes problemas identificados para resolução:

2.4.1. Falta de integração entre folha de pagamento, ponto eletrônico e gestão funcional.

2.4.2. Dificuldade para atender exigências do eSocial e da Fase III do Sistema AudeSP.

2.4.3. Ausência de relatórios gerenciais consolidados para tomada de decisão.

2.5. A solução deverá, no mínimo, organizar suas funcionalidades em três pilares fundamentais:

2.5.1. Organizações – Representação das unidades administrativas do DER-SP, permitindo parametrização por sede, diretorias regionais e demais estruturas.

2.5.2. Vínculos – Controle dos regimes jurídicos (estatutário e CLT), incluindo regras específicas para folha, benefícios e obrigações legais.

2.5.3. Pessoas – Cadastro completo dos servidores e empregados, com histórico funcional, movimentações e dados pessoais.

2.6. A solução deverá conter, no mínimo, os seguintes cadastros para subsidiar a gestão de RH:

2.6.1. Organizações – Cadastro das entidades e unidades vinculadas ao DER-SP.

2.6.2. Estruturas Organizacionais – Hierarquia administrativa e organogramas.

2.6.3. Pessoas – Dados pessoais, funcionais e históricos.

2.6.4. Cargos – Definição de cargos e funções com parâmetros legais.

2.6.5. Funcionais – Registro de vínculos, lotações e movimentações.

2.6.6. Vantagens – Parametrização de vantagens, adicionais e benefícios.

2.6.7. Grade de Substituição – Controle de substituições temporárias.

2.6.8. Estágios – Gestão de estagiários e contratos correlatos.

2.6.9. Previsão de Folha de Pagamento – Simulação e planejamento da folha.

2.7. Com a implantação da solução, espera-se:

2.7.1. Redução de custos operacionais e mitigação de riscos legais;

2.7.2. Maior transparência e controle sobre folha de pagamento e benefícios;

2.7.3. Agilidade na geração de informações para órgãos de controle e auditoria.

2.8. A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), nas normas estaduais aplicáveis à gestão de pessoal, bem como nas obrigações impostas pelo eSocial e pelo Sistema AudeSP.



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução deverá disponibilizar recursos para emissão de relatórios gerenciais e estatísticos, permitindo a extração de informações consolidadas e analíticas sobre os dados de Recursos Humanos, com possibilidade de filtros por unidade administrativa, regime jurídico, cargo, vantagens e demais parâmetros definidos pelo DER-SP.

3.3. Além disso, a solução deverá promover integração com o sistema de estrutura organizacional do Estado, garantindo a sincronização e atualização das seguintes informações: unidade administrativa, município, região administrativa, endereço, local, legislação aplicável, datas de início e término de vigência, nível hierárquico, CNPJ, bem como identificação do Setorial e Subsetorial de Recursos Humanos.

3.3.1. Essa integração deverá ocorrer de forma segura, padronizada e auditável, assegurando conformidade com os padrões tecnológicos e normativos vigentes.

3.4. A solução deverá contemplar funcionalidades completas para gestão de Recursos Humanos, organizadas nos pilares Organizações, Vínculos e Pessoas, garantindo integração com sistemas corporativos do Estado e conformidade com normas legais.

3.5. Deverá permitir a emissão de relatórios gerenciais e estatísticos, com filtros dinâmicos e exportação em formatos abertos, assegurando suporte à tomada de decisão e transparência administrativa.

3.6. A solução deverá promover integração com o sistema de estrutura organizacional do Estado, assegurando sincronização das informações de unidade administrativa, município, região administrativa, endereço, local, legislação aplicável, datas de vigência, nível hierárquico, CNPJ, bem como identificação do Setorial e Subsetorial de Recursos Humanos, de forma segura e auditável.

3.7. No pilar Pessoas, a solução deverá contemplar cadastros completos para servidores ativos, inativos, empregados CLT, estagiários e prestadores de serviço, incluindo dados pessoais, qualificação e desenvolvimento profissional, certificação ocupacional, controle médico e saúde ocupacional, beneficiários de pensão alimentícia, processos administrativos disciplinares, recrutamento, seleção e ingresso. Deverá permitir a inclusão de identificação fotográfica do servidor e possibilitar a criação de novos campos conforme necessidade do DER-SP.

3.8. Os dados pessoais deverão incluir, no mínimo, informações de registro, nome, sexo, data de nascimento, estado civil, filiação, forma de união, nome do cônjuge, raça/cor, necessidades especiais, nacionalidade, naturalidade, RG, CPF, título de eleitor, CNH, dados bancários, endereço completo, contatos, dependentes, escolaridade, formação complementar, habilidades e situação militar. A solução deverá validar dígitos verificadores, impedir duplicidade de documentos e vínculos, e permitir localização por dados principais, pesquisa fonética e críticas automáticas para evitar inconsistências.

3.9. Deverá atender às exigências da Fase III do Sistema Audesp, permitindo geração e validação de arquivos de Atos Normativos, Quadro de Pessoal e Quadro Funcional, conforme prazos do Comunicado GP 21/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como possibilitar envio de dados em conformidade com a Resolução nº 5 /2018 do Comitê Diretivo do eSocial. A solução deverá permitir consulta aos lotes enviados ao eSocial, com status detalhado e acesso aos arquivos XML, além de relatórios dos eventos totalizadores.

3.10. No que se refere à qualificação e desenvolvimento profissional, a solução deverá permitir coleta de dados sobre formação, cursos complementares, habilidades e experiências, emissão de currículo pelo servidor e disponibilização de consultas parametrizadas para gestores e usuários.

3.10. A Solução deverá contemplar módulo específico de controle médico e saúde ocupacional que permita registrar e gerir, de forma integrada ao cadastro funcional, a unidade administrativa de exercício e o respectivo órgão ou

entidade, o mapeamento de locais de trabalho e de ocupações/atividades classificadas como de risco, perigosas ou insalubres, observados os devidos relacionamentos entre ambiente, função e servidor, inclusive com gabaritos de mensuração por unidade e atividade.

3.10.1. Deverá possibilitar o registro, acompanhamento e controle de ações corretivas (como readaptação), bem como o acompanhamento de exames periódicos e demais eventos médicoocupacionais.

3.10.2. A Solução deverá permitir a coleta e manutenção de dados de servidores alocados em locais e ocupações/atividades de risco, correlacionando unidade de exercício, cargo, função ou emprego e as ações corretivas adotadas, além de disponibilizar consultas parametrizadas ao gestor de RH por múltiplos critérios de busca.

3.10.3. Deverá manter relacionamento permanente com o cadastro funcional sempre que aplicável, preservar o histórico das licenças concedidas — contemplando período de vigência e quantidade de dias, classificação CID, publicação e identificação de profissionais peritos — e assegurar rastreabilidade completa das alterações e registros realizados.

3.11. A Solução deverá prover funcionalidades para registro e gestão de processos administrativos disciplinares, contemplando, no mínimo, número do processo, motivo, data de abertura, períodos em que o servidor esteja respondendo a procedimento, resultados finais e penalidades aplicadas, além da identificação do órgão ou entidade processante.

3.11.1. Deverá possibilitar o controle do andamento das fases — apuração preliminar, sindicância e processo administrativo disciplinar — e refletir automaticamente seus efeitos sobre concessão, suspensão ou perda de vantagens, conforme legislação vigente.

3.11.2. A Solução manterá relacionamento com o cadastro funcional para vinculação inequívoca do processo ao servidor e com o órgão processante competente, garantindo integridade, histórico e auditabilidade de todas as ocorrências.

3.12. A Solução deverá abranger o ciclo completo de recrutamento, seleção e ingresso, contemplando o registro dos dados de concursos e processos seletivos (incluindo processo e autorização, quantitativo de vagas, publicações, órgão e entidade responsáveis, homologação, validade e edital), a gestão de listas de aprovados — geral e especial — e o controle de anuências.

3.12.1. Deverá permitir a inclusão de aprovados por intermédio de listas simples e preferenciais, mantendo relacionamento com os cadastros pessoal e funcional, bem como com o cadastro de cargos.

3.12.2. Deverá possibilitar a obtenção e consolidação dos dados de aprovados e classificados, o registro e o acompanhamento do ingresso (perícias médicas, provimento, lotação e entrada em exercício), observadas as legislações específicas, categorias funcionais e quadros de carreira.

3.12.3. A Solução deverá, ainda, emitir automaticamente os atos necessários à contratação ou nomeação, tais como termo de posse, título de nomeação, termos de ciência e notificação, entre outros documentos pertinentes, assegurando controle de versões, assinatura eletrônica quando aplicável e trilhas de auditoria.

3.13. A Solução deverá suportar, de forma abrangente e parametrizável, a gestão de classes e séries de classes, inclusive seu sistema retributório, instituição, exigências e legislação correlata; a gestão de cargos, contemplando eventos de criação, extinção, reserva, implantação e vacância, com respectivos fundamentos legais; a manutenção de escalas de vencimentos e demais tabelas retributivas; e a administração do quadro de cargos, funções e empregos dos órgãos e entidades, com suas respectivas classificações.

3.13.1. Deverá possibilitar o controle dos quadros e subquadros da Administração Direta e das Autarquias, bem como das classes e de seus sistemas retributórios (escalas e tabelas de vencimentos), assegurando a coerência entre carreira, padrões e níveis remuneratórios.

3.14. A Solução deverá garantir o controle integrado dos provimentos e das vacâncias de cargos, funçõesatividade e empregos públicos da Administração Direta e Autarquias, com verificação automática da legalidade do provimento quanto à existência de vaga, impedindo movimentações em desacordo com o quantitativo autorizado.

3.14.1. Cada classe deverá manter relacionamento com seus padrões e/ou níveis de vencimento, associados às tabelas de referência (matriz salarial), permitindo simulações, consultas e relatórios gerenciais e estatísticos. A Solução deverá prover os meios necessários ao cumprimento do § 5º do art. 115 da Constituição do Estado de São Paulo, viabilizando a publicação, até 30 de abril de cada ano, do quantitativo de cargos, funçõesatividade e empregos públicos, preenchidos e vagos, referentes ao exercício anterior.

3.15. A solução deverá contemplar a gestão integral da vida funcional dos servidores e empregados do DER-SP, abrangendo todas as formas de provimento (nomeação, admissão, promoção, acesso, reintegração, reversão, contratação e designação), avaliação especial e confirmação do estágio probatório, formas de vacância (exoneração, demissão, dispensa, falecimento, aposentadoria e rescisão), afastamentos e licenças previstas em lei, mobilidade funcional (remoção, transferência e redistribuição), ascensão funcional (promoção e progressão), acumulações, posse e exercício, lotação e classificação.

3.15.1. Deverá permitir o controle da frequência por registro funcional, incluindo registro e classificação de ausências, licenças e afastamentos temporários, bem como férias programadas e gozadas, com possibilidade de integração ao sistema de ponto eletrônico.

3.16. A solução deverá possibilitar a contagem de tempo de serviço e de contribuição para fins de vantagens temporais, aposentadoria e demais direitos, incluindo registro de tempo prestado em outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, com identificação do regime previdenciário (RGPS ou RPPS), e emissão de certidões de tempo de serviço e contribuição.

3.16.1. Deverá contemplar o controle de concessão de vantagens e gratificações, ações judiciais e benefícios previdenciários, mantendo histórico completo dos atos e eventos funcionais, com datas de início e fim, publicações e fundamentos legais.

3.17. Deverá permitir a criação de campos adicionais conforme necessidade do DER-SP e migração dos sistemas legados, aplicar críticas automáticas para evitar inconsistências, impedir duplicidade de registros e manter relacionamento com todos os cadastros e tabelas do sistema.

3.17.1. A solução deverá monitorar integralmente o estágio probatório, incluindo emissão de avaliações, apuração de resultados e confirmação, bem como avaliações de desempenho especial, com definição de fatores, pontuações e avaliadores.

3.18. Deverá realizar previsões de concessão de vantagens (licença-prêmio, ATS, sexta-parte), cadastrar averbações de tempo anteriores ao vínculo e seus reflexos, controlar vínculos profissionais por órgão de origem, registrar progressões e promoções conforme sistema retributório, preservar históricos de concessão e perda de vantagens, controlar afastamentos e seus reflexos na contagem de tempo, inclusive integração com frequência diária e horas extras.

3.18.1. Deverá registrar situações específicas como licença maternidade, auxílio-doença, acidente de trabalho, períodos de responsabilidade do Estado e do INSS, opções de vencimentos, afastamentos com ou sem vencimentos, com regras para avisos e bloqueios, e emissão de documentos para recolhimento previdenciário.

3.19. Deverá controlar períodos aquisitivos, gozo, perda ou redução de férias e licença-prêmio, tratar cancelamentos e interrupções, permitir marcação de férias via autoatendimento web, emitir relatórios gerenciais e estatísticos, fichas funcionais completas e certidões, além de possibilitar impressão das fichas 100, 101 e 102, conforme Instrução CRHE nº 01/1987. A solução deverá tratar excepcionalidades decorrentes de decisões judiciais, garantindo rastreabilidade e segurança.

3.20. A solução deverá contemplar módulo específico para gestão de vantagens funcionais, permitindo o cadastro, controle e manutenção das vantagens classificadas como Comuns, Condicionais e Específicas, observando a legislação aplicável, datas de início e término de vigência, condicionantes, forma de aplicação, concessão e publicação, bem como o registro de ações judiciais relacionadas, incluindo número do processo, decisão e publicação.

3.21. Deverá possibilitar a inclusão e parametrização das vantagens conforme características dos quadros, cargos, empregos e funções, garantindo consistência com os demais cadastros e tabelas do sistema.

3.21.1. O módulo deverá tratar automaticamente alterações, inclusões e cessação de vantagens, mantendo relacionamento com a previsão e execução da folha de pagamento, assegurando que os reflexos financeiros sejam corretamente aplicados.

3.22. A solução deverá contemplar, no mínimo, as vantagens atualmente praticadas pelo Estado, incluindo:

3.22.1. Comuns (ex.: adicional por tempo de serviço, sexta-parte, incorporação de décimos, gratificação de representação, serviço extraordinário);

3.22.2. Condicionais (ex.: adicionais de insalubridade, periculosidade, noturno, transporte, adicionais por local de exercício, honorários);

3.22.3. Específicas (ex.: vantagens por área de atuação, classes e carreiras);

3.22.4. Prêmio de Desempenho Individual – PDI;

3.22.5. Ações Judiciais, com tratamento das excepcionalidades decorrentes das decisões.

3.23. A solução deverá disponibilizar funcionalidade para gestão da Grade de Substituição, permitindo o controle das unidades administrativas de comando, seus respectivos cargos ou funções, titulares e indicados, conforme cadastro funcional e observando os parâmetros previstos em normas específicas.

3.23.1. Deverá possibilitar a indicação do primeiro e segundo substituto, com definição do período de validade da grade, registro da publicação oficial e das datas de início e término da substituição.

3.23.2. A funcionalidade deverá permitir a inclusão, alteração e exclusão de titulares e substitutos, mantendo registro histórico completo das substituições ocorridas ao longo da vida funcional dos servidores envolvidos, garantindo rastreabilidade e conformidade normativa.

3.24. A solução deverá permitir a realização de cálculos prévios da folha de pagamento, tanto de forma individual quanto geral, possibilitando a conferência dos lançamentos efetuados, incluindo ausências, férias, adicionais, incorporações, substituições e ascensão funcional.

3.24.1. Deverá contemplar também a geração de folha de substituições, considerando cargos vagos, pro-labore e funções, bem como o cálculo de vencimentos e salários.

3.24.2. Para garantir a precisão das simulações, a solução deverá manter tabelas atualizadas com escalas de vencimentos, graus, níveis, alterações normativas e reajustes concedidos, assegurando a geração de prévias consistentes para conferência das ocorrências registradas nos demais módulos do sistema.

### **Requisitos Funcionais de Caráter Geral do Sistema**

3.25. A solução deverá prever a possibilidade de que todos os atributos registrados como informação das pessoas envolvidas sejam consistidos e mantidos em tabelas estruturadas, armazenadas em bancos de dados que garantam integridade referencial e temporal, utilizando o formato de data DD/MM/AAAA.

3.25.1. Todos os relacionamentos entre informações deverão estar devidamente normalizados e mantidos por meio dessas tabelas, assegurando consistência e rastreabilidade.

3.25.2. A solução deverá contemplar atributos como nacionalidade, estado civil, unidade da federação para documentos e endereços, municípios, grau de instrução, cursos, regime jurídico, tipo de vínculo, siglas de efetividade, afastamentos e licenças, tipos de períodos averbados ou exercidos, tipos de vantagens, códigos de vencimentos e descontos, fórmulas e bases de cálculo, estrutura de cargos e salários, dados bancários, sistema retributório, cargos e funções, formas de provimento e vacância, entre outros relativos às informações pessoais e funcionais descritas neste Termo de Referência.

3.25.3. Além disso, deverá garantir a migração das tabelas existentes nos diversos sistemas ou aplicativos de Recursos Humanos para a nova solução, preservando a integridade dos dados e sua compatibilidade com os processos previstos.

3.26. A solução deverá possuir mecanismos que permitam a geração, impressão e envio para publicação no Diário Oficial dos diversos atos legais e administrativos, individuais ou coletivos, que interfiram na vida funcional dos servidores.

3.26.1. Esses mecanismos deverão buscar na base de dados todas as informações necessárias e aplicar modelos de formatação definidos pelo Estado de São Paulo para cada tipo de ato.

3.26.2. No caso de atos coletivos, deverá existir funcionalidade que permita a seleção dos servidores afetados.

3.26.3. Os modelos e formatações deverão ser parametrizáveis pelos gestores, podendo ser definidos ou alterados a qualquer momento, sem necessidade de recodificação.

3.26.4. Após a confirmação da publicação, a solução deverá atualizar automaticamente as alterações cadastrais e efetuar os cálculos das vantagens concedidas ou realizar os estornos devidos, conforme o caso, registrando também os dados do próprio ato.

3.26.5. Todos os atos legais deverão conter a assinatura das autoridades competentes, garantindo autenticidade e conformidade normativa.

3.27. A gestão eletrônica de documentos deverá ser parte integrante da solução de administração de recursos humanos, permitindo o armazenamento estruturado da documentação digitalizada dos servidores públicos e militares, de forma a possibilitar sua localização rápida e segura. A solução deverá permitir que o usuário, por meio de regras de negócio, acesse de forma transparente as imagens armazenadas, garantindo integridade, rastreabilidade e conformidade com as normas aplicáveis.

3.28. A solução deverá possibilitar aos gestores de Recursos Humanos dos órgãos e entidades a análise efetiva e corretiva sobre as implantações e modificações apontadas como prioritárias, garantindo mecanismos que permitam identificar e corrigir inconsistências. Adicionalmente, deverá preservar um histórico completo das operações realizadas, contendo, no mínimo, quando aplicável, data e hora, operador, responsável pela autorização e descrição da operação. Esse recurso deverá contemplar todos os eventos que alterem a situação funcional e financeira dos servidores, assegurando a formação de trilhas de auditoria que garantam rastreabilidade e conformidade normativa.

3.29. A solução deverá disponibilizar um Portal do Servidor como ponto central de informações e atendimento aos servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (Sede e Regionais), acessível via web, garantindo sigilo e controle individual de acesso.

3.29.1. O portal deverá permitir autenticação integrada ao Microsoft LDAP, possibilitando que os usuários utilizem as mesmas credenciais de suas estações de trabalho.

3.29.2. Cada servidor deverá possuir senha especial que assegure a visualização exclusiva de seus dados pessoais, funcionais e financeiros.

3.29.3. O portal será o ambiente único para acesso às informações específicas e gerais, devendo disponibilizar, no mínimo, consultas sobre situação funcional atual e histórica, progressões, lotações, funções exercidas, jornadas de trabalho, períodos aquisitivos de férias e licenças-prêmio, eventos de frequência, licenças e afastamentos, tempo de serviço, vantagens, autorizações de descontos, currículo, dados pessoais e de dependentes, elogios e demais registros pertinentes.

3.29.4. Deverá permitir a previsão de datas para próximos eventos, como direito a férias, além de possibilitar solicitações de férias, licenças-prêmio, faltas abonadas, cursos extracurriculares e registro de avaliação de desempenho, com acompanhamento do andamento das solicitações.

3.29.5. O portal deverá também disponibilizar informações sobre estrutura organizacional, normas e procedimentos gerais de RH, bem como dados sobre gastos com pessoal do governo, garantindo transparência e acessibilidade.

3.30. A solução deverá disponibilizar informações gerenciais abrangentes, contemplando consultas e relatórios pré-formatados de emissão periódica, bem como mecanismos que permitam a aplicação de filtros, extração e combinação de dados não estruturados, possibilitando a obtenção de informações não rotineiras para suporte à tomada de decisão.

3.30.1. O ambiente de informações gerenciais deverá integrar dados de recursos humanos e de previsão de folha de pagamento, garantindo sincronismo entre os dois ambientes e permitindo ao gestor uma visão única e consolidada das informações cadastrais, operacionais, financeiras e gerenciais.

3.30.2. A solução deverá permitir consultas gerenciais com possibilidade de impressão formatada, apresentando gastos com pessoal sob diversas visões parametrizáveis, tais como valor bruto, valor líquido, descontos, quantidades, categorias, órgãos, entidades, cargos, quadros, códigos de vencimentos e descontos. Além disso, deverá possibilitar a exportação dos dados formatados para ferramentas como Excel, assegurando flexibilidade na análise e apresentação das informações.

3.31. A solução deverá disponibilizar funcionalidade específica para cadastro e gestão de terceirizados e prestadores de serviço que atuem nas dependências do DERSP, vinculando cada profissional, conforme abaixo:

3.31.1. Respectivo contrato administrativo,

3.31.2. Empresa contratada,

3.31.3. Período de atuação,

3.31.4. Diretoria/Coordenação/Setor/Unidade de lotação física

3.31.5. Autorizações de acesso.

3.32. O cadastro deverá contemplar dados pessoais essenciais, função exercida, jornada prevista, documentação comprobatória e termo de ciência das normas internas.

3.33. Deverão ser disponibilizados relatórios gerenciais de acompanhamento por contrato, empresa, unidade, período e situação cadastral, com trilhas de auditoria e registros de alterações.

3.34. A solução deverá permitir a associação entre os terceirizados cadastrados e os contratos de terceirização vigentes, mantendo informações de vigência, aditivos, escopo, gestor do contrato, quantidades contratadas e alocadas, bem como alertas de vencimento e inconformidades. Deverá suportar o armazenamento de documentos comprobatórios e registros de conformidade, possibilitar o acompanhamento de cumprimento de obrigações contratuais e a emissão de relatórios de execução por período, unidade e fornecedor, garantindo visibilidade e rastreabilidade para a fiscalização do contrato.

### **Sistema de Ponto Eletrônico Integrado**

3.35. A solução deverá fornecer, como parte integrante do escopo, o Sistema de Ponto Eletrônico para coleta, processamento e controle de frequência, com a possibilidade de integração nativa à folha de pagamento e aos demais módulos.

3.36. O sistema deverá permitir a captura de marcações provenientes de equipamentos de registro eletrônico de ponto e a possibilidade de integrações com catracas e aplicativos autorizados (quando aplicável) com tratamento de escalas, jornadas, plantões, banco de horas, adicional noturno, horas extras, compensações e descanso semanal remunerado, bem como justificativas e workflows de aprovação.

3.37. Deverá oferecer espelho de ponto, relatórios de frequência, controles de ausências e atrasos, parametrização de regras por unidade e categoria, operação segura em modo offline com posterior sincronização e trilhas de auditoria completas.

3.38. As informações de ponto deverão integrar-se à folha para cálculo automático das repercussões financeiras, respeitando as regras e parâmetros institucionais e normativos aplicáveis.

3.39. A solução de ponto eletrônico, fornecida como parte integrante do sistema, deverá permitir a configuração do dia de frequência inicial e final, a parametrização de jornadas com múltiplos tipos e limites de tolerância, a configuração

de horas extras por jornada e por vínculo, bem como de faltas por jornada e vínculo. Deverá permitir o cadastro de feriados e de pontos facultativos e a compensação de horas de faltas conforme regras definidas.

3.40. A solução deverá possuir ao menos um layout adicional de importação de arquivos de relógio de ponto, de modo a garantir interoperabilidade. Deverá permitir a manutenção de marcações pelo usuário de RH, mediante perfis e workflows de aprovação, e possuir exportação de arquivo tratado para fins de fiscalização, com trilhas de auditoria.

3.41. A solução deverá permitir a integração dos lançamentos do ponto (incluindo inserções autorizadas) diretamente com o movimento mensal da folha de pagamento, sem necessidade de troca manual de arquivos, garantindo processamento automático e rastreável. Deverá possuir integração automática com os relógios de ponto, sem interferência humana na coleta das batidas, com monitoramento de conectividade e alertas.

3.42. A solução deverá manter controle de banco de horas parametrizável, permitindo a configuração de limites máximos para saldos dentro do mês e no ciclo completo, viabilizar lançamentos avulsos a crédito ou a débito, pagamento parcial de saldos quando aplicável e emissão de relatórios de espelho de ponto e demais controles. O sistema deverá ser multiusuário, possibilitando a descentralização do tratamento pelas gerências, com segregação de perfis e rastreabilidade.

3.43. A solução poderá permitir, quando autorizado, que o trabalhador registre o ponto por meio de endereço URL seguro, com identificação pelo número do crachá e controle de geolocalização que limite o registro a áreas previamente definidas como válidas, observadas as políticas de segurança e privacidade.

3.44. A solução deverá permitir a captação e manutenção de informações pessoais e funcionais de servidores ativos, inativos e pensionistas, preservando a evolução histórica completa dos registros ao longo da vida funcional. Deverá possibilitar o cadastramento de um ou mais contratos de trabalho (temporários e efetivos) para um mesmo servidor, mantendo o mesmo número de matrícula e alterando apenas a referência do contrato, de modo a não impactar integrações futuras.

3.45. A solução deverá permitir a liberação de funcionalidades por usuário, com controle de acesso restrito por lotação, assegurando que cada perfil visualize exclusivamente as informações vinculadas à sua lotação de acesso, viabilizando a descentralização operacional. Deverá garantir a disponibilidade, integridade e segurança das informações históricas de verbas, valores, pagamentos e descontos, com trilhas de auditoria por operação.

3.46. A solução deverá permitir o cadastramento e a gestão de cursos extracurriculares dos servidores, compondo o histórico de formação para fins de consultas, relatórios e eventuais reflexos funcionais, observadas as normas internas.

3.47. A solução deverá permitir a criação e formatação de tabelas e campos para cadastro de informações complementares, com a disponibilização automática de telas de manutenção, possibilitando a parametrização de diferentes layouts e sua utilização para emissão de relatórios e geração de arquivos, sem necessidade de desenvolvimento adicional.

3.48. A solução deverá permitir o registro de atos de advertência e punição, com histórico, documentos e justificativas, assegurando rastreabilidade e acesso restrito.

3.49. A solução deverá permitir o controle de dependentes dos servidores e manter cadastro de beneficiários de pensão judicial, incluindo as verbas devidas por ocasião de férias, décimo terceiro salário e folha regular, com fórmulas e parâmetros conforme determinações judiciais. Deverá manter cadastro de pensionistas do trabalhador, vinculando o pensionista principal e o gerador da pensão.

3.50. A solução deverá permitir o controle do histórico de lotação, inclusive de servidores cedidos, viabilizando a localização dos vínculos e a produção de relatórios gerenciais por unidade, período e situação.

3.51. A solução deverá permitir o controle das funções de confiança exercidas e averbadas, dentro ou fora do órgão, para apuração de quintos e décimos nos termos da legislação aplicável, mantendo histórico e evidências.

3.52. A solução deverá permitir o controle do tempo de serviço efetivo, parametrizar abatimentos por tipos de afastamento, emitir certidões de tempo de serviço e disponibilizar informações para cálculo e concessão de aposentadoria, com observância às regras vigentes.



3.53. A solução deverá manter o controle do quadro de vagas por cargo, com posições de previsto, realizado e saldo, e permitir o registro e controle de promoções e progressões de cargos e salários.

3.54. A solução deverá prover rotinas para administração de salários, com possibilidade de reajustes globais e parciais, controle de limites de piso e teto salarial, e controle automático de benefícios de dependentes (como salário-família e vale-alimentação) e de benefícios por tempo de serviço (anuênios, quinquênios, licenças-prêmio e progressões), com regras de prorrogação ou perda por faltas e afastamentos. Deverá calcular automaticamente os adicionais por tempo de serviço.

3.55. A solução deverá permitir o controle da licença-prêmio por períodos aquisitivos, registrando o gozo de cada período e, quando aplicável, a conversão em abono pecuniário, com reflexos na folha. A solução deverá permitir o registro e controle de convênios e empréstimos consignados em folha, inclusive múltiplos empréstimos por trabalhador sob o mesmo evento, demonstrando no contracheque as parcelas pagas e a pagar, com parametrização e controle de margem consignável e emissão de carta-margem com código de autenticidade.

3.56. A solução deverá permitir a inclusão de valores variáveis na folha, tais como horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, faltas, descontos diversos e reflexos de ações judiciais, mantendo cadastro de ações judiciais com exportações compatíveis com exigências legais, incluindo, quando requerido, geração para a SEFIP.

3.57. A solução deverá manter controle de tomadores de serviço e respectivos vínculos, quando aplicável, para fins de gestão operacional, de segurança e de relatórios correlatos, sem prejuízo das obrigações contratuais dos prestadores.

3.58. A solução deverá permitir o controle de diversos regimes jurídicos e contratos de duplo vínculo, observando o acúmulo de bases para IRRF, INSS e demais encargos, com regras parametrizáveis e consistências nas apurações.

3.59. A solução deverá permitir lançamentos de verbas de forma coletiva e a realização de simulações parciais ou totais da folha de pagamento, com relatórios comparativos e registros de parâmetros utilizados.

3.60. A solução deverá possuir rotinas para programação e cálculo do décimo terceiro salário (adiantamento, fechamento e complemento), para férias normais e coletivas, e para rescisões e demissões, incluindo rescisões complementares com múltiplos cálculos por data, integração contábil, crédito bancário e emissão de relatórios, tais como contracheque, resumo mensal e folha analítica.

3.61. A solução deverá permitir o cálculo de folha complementar com encargos (IRRF e Previdência) para admissões do mês anterior ou lançamentos tardios, e folha complementar sem encargos para pagamento de diferenças de competências anteriores. Deverá permitir recálculos gerais, parciais ou individuais e bloquear o cálculo da folha mensal, com alerta, para servidores com término de contrato no mês, exigindo a rescisão ou prorrogação antes do fechamento.

3.62. A solução deverá permitir o cálculo e a emissão das provisões de férias, décimo terceiro salário e licença-prêmio, considerando os encargos por período, com emissão de relatórios analíticos e sintéticos e manutenção de históricos necessários às rotinas anuais.

3.63. A solução deverá permitir a geração de informações mensais para os órgãos de controle e previdência, incluindo, quando aplicável, Tribunal de Contas, fundos previdenciários, GRRF, SEFIP e CAGED, bem como informações anuais como RAIS e DIRF, com emissão de informe de rendimentos em conformidade com layouts oficiais.

3.64. A solução deverá permitir a formatação e emissão de contracheques, etiquetas, folhas analíticas e demais relatórios, com livre formatação pelo usuário, possibilitar o uso de logotipos, figuras e imagens, e disponibilizar gerador de relatórios acessível no menu, com assinatura digital de quaisquer relatórios por certificados A1 e A3.

3.65. A solução deverá possibilitar a geração de arquivos para crédito bancário, com configurações de layout específicas por banco e, quando disponível, gerar arquivo para disponibilização de holerite em terminais bancários.

3.66. A solução deverá permitir a parametrização de atalhos na tela inicial do sistema de folha, a manutenção e conferência do cálculo em tela, com inclusão, alteração e exclusão de quaisquer movimentações (férias, licença-

prêmio, eventos fixos e variáveis) sem necessidade de abertura de novas janelas, e o cálculo do trabalhador diretamente a partir da tela de cadastro. Deverá permitir a emissão de ficha financeira por períodos e a criação de notificações personalizadas ao usuário.

3.67. A solução deverá permitir a importação de arquivos por posições ou colunas, a exportação de arquivos por posições e para planilhas Excel, e a exportação dos empenhos da folha para a contabilidade em arquivo XML com validação prévia de eventos sem classificação, impedindo a geração com inconsistências.

3.68. A solução deverá manter cadastro de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), com controle de entrega, devolução e validade, emitindo relatórios e alertas de reposição.

3.69. A solução deverá manter histórico das atualizações aplicadas, disponibilizar consultas de log com múltiplos filtros, separar cálculos por tipo de referência (folha mensal, adiantamento, rescisão, folha complementar e décimo terceiro), oferecer comparativo mensal entre duas referências com eventos distintos, e validar a chave de habilitação do sistema por checagem via internet, sem necessidade de cópia de arquivos, observadas as condições de segurança.

3.70. A solução deverá garantir a integração nativa entre os cadastros funcionais e a folha de pagamento, assegurando consistência de dados, eliminação de redundâncias e atualização imediata de lançamentos para reflexos financeiros.

### **Segurança da Informação e LGPD**

3.71. A solução deverá adotar controles de segurança alinhados às melhores práticas do mercado e à legislação vigente sobre proteção de dados, incluindo autenticação forte, segregação de perfis e acessos baseada em papéis, criptografia de dados em trânsito e em repouso, registro imutável de logs e trilhas de auditoria, gestão de vulnerabilidades com correções em prazos definidos, e processo de resposta a incidentes com comunicação tempestiva ao Contratante.

3.72. O tratamento de dados pessoais deverá observar os princípios da LGPD, com registro de base legal, minimização e finalidade, com anonimização ou pseudonimização em ambientes de teste, política de retenção e descarte seguro, e disponibilização de acordos de tratamento e documentação de impacto quando aplicáveis.

### **Alta Disponibilidade, Continuidade e Recuperação de Desastres**

3.73. A solução deverá operar em arquitetura escalável e resiliente, com recursos de alta disponibilidade, balanceamento de carga e monitoramento contínuo, assegurando níveis de serviço de disponibilidade e desempenho pactuados.

3.74. Deverá haver plano de continuidade e recuperação de desastres com objetivos de ponto e tempo de recuperação definidos, realização de backups automatizados com testes periódicos de restauração, manutenção programada com aviso prévio e mecanismos de supervisão e telemetria que permitam a identificação proativa de degradações.

### **Integrações Estratégicas e Interfaces de Programação**

3.75. A solução deverá disponibilizar interfaces de integração bidirecionais que permitam o intercâmbio seguro de dados com sistemas corporativos internos e externos, incluindo, no mínimo, os sistemas de ponto eletrônico e os sistemas financeiros e de gestão orçamentária aplicáveis, além de outras aplicações definidas pelo DERSP.

3.76. As APIs deverão ser documentadas, versionadas e protegidas por mecanismos de autenticação e autorização adequados, oferecer recursos de paginação, filtros e webhooks para eventos relevantes, e ser disponibilizadas em ambiente de homologação para testes, assegurando rastreabilidade e governança das integrações.

### **Relatórios Avançados e Inteligência de Negócio**

3.77. A solução deverá oferecer recursos para elaboração de relatórios gerenciais e operacionais, com possibilidade de parametrização de filtros, campos e quebras, bem como painéis interativos com indicadores de gestão de pessoas,

frequência, folha de pagamento, previsões orçamentárias e acompanhamento de terceirizados e contratos. Deverá permitir a exportação dos resultados para formatos amplamente utilizados e a programação de entregas periódicas, mantendo controle de acesso às informações sensíveis e coerência com a segregação de funções.

### **Treinamento, Capacitação e Suporte**

3.78. A contratada deverá prover plano de capacitação abrangente para os públicos de RH, gestores, usuários finais e equipe de TI, com materiais didáticos, manuais e registros de presença, garantindo a transferência de conhecimento necessária para a operação e administração da solução. O suporte técnico deverá ser prestado por canais definidos, com níveis de serviço proporcionais à criticidade das demandas, contemplando prazos para atendimento, diagnóstico e solução, e disponibilização de base de conhecimento e comunicação ativa sobre incidentes e atualizações.

### **Conformidade com eSocial e Geração de Arquivos para a Fase III do AUDESP**

3.79. A solução deverá permitir a geração dos arquivos exigidos pela Fase III do Sistema AUDESP, assegurando que todos os arquivos produzidos contenham validações cadastrais prévias antes do envio ao coletor AUDESP. O sistema deverá ser totalmente parametrizável, permitindo configurações de integração contábil conforme a classificação das despesas, com suporte para geração dos arquivos e identificação automática das contas do PCASP, de acordo com a classificação da despesa. Caso haja parâmetros repetitivos, a solução deverá oferecer mecanismos de replicação para otimizar o processo e reduzir erros.

3.80. A contratada deverá se comprometer a manter a solução permanentemente adequada às exigências legais do eSocial, incluindo atualizações decorrentes de alterações normativas durante a vigência contratual. A solução deverá permitir a geração e emissão de relatórios e arquivos para importação das informações exigidas pelo sistema eSocial, contemplando todos os eventos obrigatórios, com validações prévias, monitoramento de envio e retorno, e registro das evidências de transmissão para fins de auditoria.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos aos requisitos abaixo:

4.1.1. **Eficiência energética: O sistema deverá operar em ambiente de hospedagem que utilize infraestrutura com certificações de eficiência energética (ex.: ISO 50001, LEED, etc.), quando aplicável.**

4.1.2. **Redução de consumo de papel: O sistema deverá permitir a digitalização de processos, emissão de documentos eletrônicos e assinatura digital, contribuindo para a redução do uso de papel.**

4.1.3. **Acesso remoto e descentralizado: A solução deverá permitir acesso remoto por múltiplos usuários, reduzindo deslocamentos e consumo de recursos físicos.**

4.1.4. **Gestão eletrônica de documentos: O sistema deverá possibilitar o armazenamento e consulta de documentos em formato digital, com controle de versões e histórico.**

### **Indicação de Marcas, Características ou Modelos**

4.2. Na presente contratação **será admitida a indicação das seguintes características técnicas e modelos de referência, exclusivamente para fins de padronização, compatibilidade e atendimento aos requisitos funcionais e legais**, conforme justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:

4.2.1. **Modelo de integração via API REST com documentação em formato application/json;**

4.2.2. **Compatibilidade com layout bancário FEBRABAN para crédito e consignações;**

4.2.3. **Geração de arquivos compatíveis com o Sistema Audesp – Fase III;**

**4.2.4. Adequação às exigências do eSocial, com diagnóstico cadastral e geração de arquivos conforme layout oficial;**

**4.2.5. Infraestrutura de hospedagem com certificações de segurança e disponibilidade (ex.: ISO 27001, ISO 20000, etc.).**

4.3. A indicação de tais características não configura direcionamento de marca, mas sim referência técnica mínima para garantir a funcionalidade, interoperabilidade e conformidade legal da solução contratada.

#### **Vedação de Utilização de Marcas ou Produtos**

4.4. Diante das conclusões extraídas do Estudo Técnico Preliminar e deste Termo de Referência, a Administração não aceitará a utilização dos seguintes produtos/marcas, por não atenderem aos requisitos técnicos, legais ou de interoperabilidade exigidos:

**4.4.1. Sistemas que não possuam integração via API REST documentada;**

**4.4.2. Soluções que não permitam geração de arquivos compatíveis com o Sistema AudeSP – Fase III;**

**4.4.3. Softwares que não atendam às exigências legais do eSocial ou que não possuam mecanismos de diagnóstico cadastral e retorno de críticas.**

#### **Garantia da Contratação**

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

4.6. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração do contrato, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

4.6.1. Caução em dinheiro: mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

4.6.2. Caução em títulos da dívida pública: emitidos sob a forma escritural, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, avaliados pelos seus valores econômicos;

4.6.3. Fiança bancária: emitida por instituição financeira autorizada a operar no País, com renúncia expressa aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

4.6.4. Seguro-garantia: com apólice que contemple todos os eventos indicados no contrato. Caso não conste expressamente, será admitida declaração da seguradora afirmando que a cobertura é suficiente para os eventos previstos;

4.6.5. Título de capitalização: conforme modalidade instrumento de garantia, custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitido conforme legislação vigente.

4.7. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.8. O contrato estabelecerá a disciplina aplicável à garantia da contratação, incluindo forma de prestação, prazo de validade, condições de execução e penalidades em caso de inadimplemento.

#### **Vistoria**

**4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista que a prestação se dará de forma remota, por meio de acesso ao sistema via internet, não exigindo infraestrutura física específica por parte da Administração.**

## Requisitos de Tecnologia

4.10. Para garantir que todas as iniciativas representem soluções corporativas, econômicas e com visibilidade à sociedade, a solução deverá atender às premissas de TIC do DERSP, especialmente no que se refere à integração.

4.10.1. O sistema deverá possuir documentação completa em língua portuguesa, contemplando manual do usuário para operação, guia de instalação e recuperação, instruções para execução de parametrizações e orientações para estabelecer conexões com outros sistemas.

4.10.2. Por questões de resiliência e flexibilidade, a arquitetura da solução deverá ser modular, permitindo o acoplamento de novos módulos futuramente.

4.10.3. O acesso ao sistema deverá ser restrito a usuários autenticados por login, mantendo registro (log) de todas as operações que alterem cadastros ou informações de pessoas sob sua gestão, bem como dos acessos e módulos visitados por todos os usuários, garantindo rastreabilidade e segurança.

4.10.4. Deverá ser oferecido treinamento para até 30 operadores de RH do DERSP e Regionais vinculadas, em instalações do DERSP, abrangendo nível de operação para técnicos de RH e usuários.

4.10.5. Deverá ser oferecido treinamento para até 8 técnicos de Data Center, também em instalações do DERSP, abordando procedimentos técnicos de instalação, parametrização, operação, backup e recuperação de desastres.

4.10.6. A solução deverá integrar-se aos sistemas existentes, permitindo que este utilize a base de dados de funcionários administrada pelo sistema de RH para gerenciar acessos internos e consultar informações para endereçamento de documentos em fluxos de trabalho.

4.11. A solução deverá atender aos requisitos tecnológicos estabelecidos para a contratação, execução e entrega, garantindo conformidade com as premissas do DERSP. A forma de licenciamento do uso do sistema deverá ser em caráter perpétuo, assegurando que, mesmo na ausência de continuidade contratual para suporte ou subscrição, a ferramenta permaneça funcional e sem interrupções.

4.11.1. Todo e qualquer produto desenvolvido, customizado ou parametrizado, que componha a plataforma computacional e seja necessário para o perfeito funcionamento da aplicação e das integrações previstas, deverá ser entregue ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo de forma permanente, livre de ônus adicional, devidamente organizado e documentado.

4.11.2. A aplicação deverá ser construída para operar em ambiente virtualizado, com suporte a balanceamento de carga. As rotinas de backup, segurança da base de dados e gestão de permissões de usuários deverão seguir as melhores práticas do mercado, garantindo integridade, disponibilidade e proteção das informações.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Execução

5.1. O início da execução do objeto **ocorrerá em até 5 (cinco) dias contados da assinatura do contrato**, mediante emissão de ordem de serviço pela Administração.

### Rotinas a serem cumpridas

5.2. **A execução dos serviços seguirá os seguintes métodos e rotinas:**

5.2.1. **Implantação e parametrização do sistema conforme cronograma acordado;**

5.2.2. **Conversão de dados legados com validação conjunta;**

5.2.3. **Treinamento dos usuários em ambiente de homologação;**

5.2.4. **Liberação gradual dos módulos conforme validação funcional;**

5.2.5. Suporte técnico contínuo via canais digitais;

5.2.6. Atualizações legais e evolutivas automáticas;

5.2.7. Monitoramento de desempenho e segurança da aplicação.

5.3. O cronograma de realização dos serviços será definido em conjunto com a contratada, observando as seguintes etapas:

| <u>ETAPA</u>                        | <u>PERÍODO / CONDIÇÃO</u>                          |
|-------------------------------------|--|
| <u>Parametrização inicial</u>       | <u>Até 10 dias após assinatura do contrato</u>     |
| <u>Conversão de dados</u>           | <u>Após conclusão da parametrização</u>            |
| <u>Treinamento de usuários</u>      | <u>Após validação da conversão</u>                 |
| <u>Liberação dos módulos</u>        | <u>Conforme validação funcional de cada módulo</u> |
| <u>Início da operação assistida</u> | <u>Após liberação completa</u>                     |

#### Local e horário da prestação dos Serviços

5.4. Os serviços serão prestados remotamente, com acesso ao sistema via internet, hospedado em ambiente seguro e de alta disponibilidade, conforme especificações técnicas. Quando necessário, poderá haver atendimento presencial nas dependências do DER-SP, em São Paulo/SP.

5.5. O suporte técnico deverá estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00, com canais de atendimento remoto (telefone, e-mail, sistema de chamados). Em casos críticos, deverá haver atendimento emergencial fora do horário comercial.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.6. A contratada deverá disponibilizar os seguintes recursos:

5.6.1. Infraestrutura de hospedagem segura e escalável;

5.6.2. Documentação técnica e manuais de uso;

5.6.3. Ambiente de homologação para testes;

5.6.4. Ferramentas de suporte remoto e gestão de chamados;

5.6.5. Certificados digitais para assinatura de documentos (quando aplicável).

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. Quantidade estimada de usuários: até 500 usuários simultâneos;

5.7.2. Quantidade de servidores ativos/inativos/pensionistas: aproximadamente 10.000 registros;

5.7.3. Integrações obrigatórias com sistemas externos: eSocial, Audesp, SISOB, SIOPE, bancos, Portal da Transparência;

5.7.4. Necessidade de operação contínua e disponibilidade mínima de 99,5%

#### Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável à prestação de serviços.

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.9.1. **Entrega de relatório final de execução e desempenho;**

5.9.2. **Exportação dos dados em formato aberto e estruturado (XML, CSV ou similar);**

5.9.3. **Desativação segura dos acessos e revogação de credenciais;**

5.9.4. **Apoio técnico à nova contratada, caso haja substituição da solução.**

5.10. Ao término do contrato ou por solicitação do Contratante, a contratada deverá assegurar a exportação integral e inteligível de todos os dados e documentos armazenados, incluindo cadastros, históricos, parâmetros, regras de cálculo e registros de auditoria, em formatos abertos e acompanhados de dicionário de dados e instruções para reconstituição. Deverá ser garantido apoio técnico durante o período de transição, sem custos adicionais além dos contratados, assegurando a continuidade operacional.

5.11. A solução deverá observar diretrizes de acessibilidade, oferecer navegação responsiva e compatibilidade com navegadores suportados, além de linguagem e terminologia em português do Brasil, adotando boas práticas de design centrado no usuário, com foco na eficiência operacional e na redução de erros de uso. Testes de usabilidade e evidências de conformidade poderão ser exigidos durante a homologação.

5.12. A implantação e evolução da solução deverão ser conduzidas sob modelo de governança definido, com papéis e responsabilidades claros, instâncias de decisão, ritos de acompanhamento e gestão de riscos, bem como processo formal de gestão de mudanças que assegure avaliação de impactos, planejamento de releases, comunicação aos usuários e mecanismos de rollback quando necessários.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

### **Fiscalização**

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**



6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.10. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.11. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **Critérios de Qualidade, Níveis de Serviço e Penalidades**

6.25. A solução deverá cumprir os níveis de serviço acordados quanto a disponibilidade, desempenho, tempos de atendimento e solução de incidentes, qualidade de processamento da folha, índices de erro de eventos legais e satisfação do usuário. O descumprimento acarretará a aplicação de glosas, créditos de serviço ou outras penalidades previstas, sem prejuízo da obrigação de correção das causas raízes e da adoção de medidas preventivas.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Avaliação da Execução do Objeto**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo II**, para aferição da qualidade da prestação dos serviços. O IMR definirá os parâmetros objetivos de desempenho, frequência de avaliação, metas mínimas e indicadores de conformidade, vinculando os pagamentos aos resultados efetivamente entregues.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de controle e fiscalização da execução contratual.

### **Retenção ou Glosa Proporcional**

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o contratado:

7.3.1. Não tenha produzido os resultados acordados;

7.3.2. Tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida;

7.3.3. Tenha deixado de utilizar os materiais, recursos tecnológicos ou humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **30 (trinta) dias**, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (**Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021** e **arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023**).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, com base nos indicadores definidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) constante do Anexo II deste Termo de Referência.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **Pregão, sob a forma Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentações complementares aplicáveis.

8.2. O julgamento será realizado com base no menor valor mensal global para a prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência, considerando todos os itens que compõem o objeto da contratação.

### Regime de Execução

8.3. O regime de execução do contrato será o de **empreitada por preço unitário**, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021, considerando a prestação continuada dos serviços de locação, suporte técnico, manutenção evolutiva e demais obrigações contratuais, com faturamento mensal proporcional à efetiva prestação dos serviços.

### Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.21.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.21.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

**8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;**

**8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;**

**8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso;**

**8.24.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, os atestados ou certidões deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:**

8.24.1.1. Prestação de serviços de locação e suporte técnico de sistema informatizado de gestão de pessoal e folha de pagamento;

8.24.1.2. Atendimento a requisitos legais como eSocial, Sistema Audesp, RAIS, DIRF, SEFIP, CAGED;

8.24.1.3. Integração via API REST com sistemas externos e operação em ambiente web com controle de acesso por perfil;

**8.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;**

**8.24.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;**

**8.24.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;**

**8.25. Prova de atendimento aos requisitos técnicos e legais previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à contratação pública.**

### **Outras comprovações**

**8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:**

a) Cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual de São Paulo;

b) Atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando aplicável.

### **Avaliação de Amostra**

**8.27. A licitante classificada em primeiro lugar poderá ser convocada, por ocasião do julgamento das propostas, para apresentação de amostra do aplicativo em utilização, com o objetivo de comprovar que a solução ofertada atende aos requisitos descritos neste Termo de Referência**

8.27.1. A demonstração consistirá na apresentação prática do sistema em funcionamento, podendo ser realizada por meio de ambiente demonstrativo, instância de produção ou ambiente de testes representativo, a critério da Contratante.

8.27.2. A licitante deverá disponibilizar representante técnico qualificado, responsável por conduzir a demonstração das funcionalidades solicitadas, utilizando infraestrutura própria, incluindo software, hardware,



sistema gerenciador de banco de dados e massa de dados exemplificativa, suficientes para evidenciar o atendimento aos requisitos.

8.27.3. A Contratante poderá solicitar a demonstração de funcionalidades específicas, incluindo operações de entrada, gravação, processamento e consulta de dados, de forma a verificar a aderência funcional da solução às necessidades descritas neste Termo de Referência.

8.27.4. A demonstração poderá ocorrer nas instalações da Contratante ou de forma remota, conforme definido na convocação, observadas as condições de segurança da informação e confidencialidade aplicáveis.

8.27.5. A apresentação da amostra não implicará avaliação comparativa entre licitantes, tendo caráter exclusivamente verificatório, com o objetivo de confirmar a conformidade da solução ofertada com os requisitos técnicos exigidos.

8.27.6. Caso sejam identificadas inconsistências relevantes ou ausência de funcionalidades essenciais, a Contratante poderá solicitar esclarecimentos adicionais ou documentação complementar, ou, se caracterizado o não atendimento aos requisitos, proceder à desclassificação da licitante, nos termos da legislação aplicável.

8.27.7. Todos os custos relacionados à preparação, apresentação da amostra e eventuais deslocamentos serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo qualquer indenização.

8.28. A Contratante poderá solicitar, como parte da demonstração, evidências adicionais, tais como:

8.28.1. registros de logs;

8.28.2. trilhas de auditoria;

8.28.3. controles de acesso e segurança;

8.28.4. documentação técnica ou manuais do sistema,

8.29. A aceitação da solução e a homologação do objeto estarão condicionadas à verificação satisfatória da demonstração da amostra do aplicativo, sem prejuízo das demais exigências contratuais, ficando eventuais ajustes e adequações a serem tratados na fase de execução contratual, conforme previsto neste Termo de Referência.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 339.428,80 (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1. - Condições Gerais da Contratação. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [...];

II) Fonte de Recursos: [...];

III) Programa de Trabalho: [...];

IV) Elemento de Despesa: [...];

V) Plano Interno: [...];

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDRE STEFANO DE OLIVEIRA LEITE**

Coordenador de Tecnologia da Informação



*Assinou eletronicamente em 04/03/2026 às 09:41:31.*



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.286/2025**

**ANEXO I.1**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

## ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER

**Estudo Técnico Preliminar 177/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 139.00096004/2025-40

**2. Descrição da necessidade**

2.1. O DER-SP é responsável pela gestão de servidores estatutários e empregados regidos pela CLT, distribuídos em diversas unidades regionais e na sede. Atualmente, os processos de Recursos Humanos são realizados de forma fragmentada, utilizando sistemas legados e controles manuais, o que gera riscos de inconsistência de dados, retrabalho e baixa eficiência operacional.

2.2. A ausência de uma solução integrada compromete a padronização das informações, dificulta a geração de relatórios gerenciais e analíticos e impede o atendimento pleno às exigências legais do eSocial e da Fase III do Sistema AudeSP. Essa situação aumenta a vulnerabilidade a erros, sanções e glosas, além de dificultar a governança e a transparência dos processos de RH.

2.3. A contratação visa garantir a conformidade com normas legais e regulatórias, assegurar a integridade das informações funcionais e promover maior eficiência na gestão de pessoal. A solução contribuirá para a transparência administrativa, a prestação de contas aos órgãos de controle e a melhoria da governança pública, alinhando-se às diretrizes de modernização da administração estadual.

2.4. A não implementação da solução acarretará riscos significativos, como descumprimento de prazos legais, aumento da vulnerabilidade a inconsistências de dados, dificuldades na prestação de contas e elevação dos custos operacionais decorrentes de processos manuais. Além disso, comprometerá a capacidade de atender às obrigações do eSocial e do Sistema AudeSP, expondo o órgão a penalidades e glosas.

2.5. Com a implantação da solução, espera-se:

2.5.1. Redução de custos operacionais e mitigação de riscos legais;

2.5.2. Maior transparência e controle sobre folha de pagamento e benefícios;

2.5.3. Agilidade na geração de informações para órgãos de controle e auditoria;

2.5.4. Disponibilização de relatórios gerenciais e analíticos detalhados para suporte à tomada de decisão;

2.5.5. Integração sistêmica com plataformas corporativas, garantindo interoperabilidade e continuidade operacional.

**3. Área requisitante**

| Área Requisitante                         | Responsável                     |
|---|---------------------------------|
| Coordenadoria de Tecnologia da Informação | ANDRÉ STEFANO DE OLIVEIRA LEITE |

## 4. Necessidades de Negócio

4.1. A contratação visa modernizar e integrar os processos de gestão de Recursos Humanos do DER-SP, garantindo conformidade legal, eficiência operacional e suporte à tomada de decisão, em alinhamento com as diretrizes de transformação digital e governança pública.

4.2. Atualmente, os processos de RH são fragmentados, com uso de sistemas legados e controles manuais, ocasionando inconsistências cadastrais, retrabalho, dificuldade de integração e riscos de descumprimento de obrigações legais, como eSocial e Sistema Audep.

4.3. A ausência de uma solução integrada compromete a confiabilidade das informações, aumenta custos operacionais, dificulta auditorias e reduz a capacidade de planejamento estratégico, afetando diretamente a governança e a transparência institucional.

### 4.4. Benefícios Esperados

4.4.1. Redução de riscos legais e operacionais;

4.4.2. Automação e padronização dos processos de RH;

4.4.3. Emissão de relatórios gerenciais e analíticos para auditoria e controle;

4.4.4. Integração com sistemas corporativos via API, garantindo interoperabilidade;

4.4.5. Melhoria na prestação de contas e na eficiência administrativa.

4.5. Sem a solução, persistirão falhas de integração, riscos de sanções por descumprimento normativo, aumento de custos com retrabalho e baixa capacidade de resposta às demandas de órgãos de controle, comprometendo a governança e a imagem institucional

## 5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A solução deverá ser disponibilizada em ambiente web responsivo, compatível com navegadores modernos, com suporte a SSO (Single Sign-On) via protocolos padrão (SAML 2.0 ou OpenID Connect). Deve operar em infraestrutura em nuvem ou datacenter certificado, garantindo alta disponibilidade (SLA  $\geq 99,5\%$ ) e escalabilidade horizontal.

5.2. Deverá oferecer APIs RESTful documentadas, com suporte a webhooks e integração com sistemas corporativos do DER-SP, incluindo folha de pagamento, ponto eletrônico (reconhecimento facial) e sistemas de controle interno. É obrigatória a implementação de mecanismos de autenticação segura, controle de idempotência e versionamento de APIs.

5.3. A solução deve atender à LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo:

5.3.1. Criptografia em repouso e em trânsito;

5.3.2. Controle de acesso baseado em papéis;

5.3.3. Trilhas de auditoria imutáveis para todas as operações críticas;

5.3.4. Política de backup diário com retenção mínima de 30 dias e testes periódicos de restauração;

5.3.5. Registro e tratamento de incidentes de segurança.

5.4. Deve permitir emissão de relatórios gerenciais e analíticos, com filtros dinâmicos, exportação em formatos padrão (CSV, XLSX, PDF) e integração com ferramentas de BI (ex.: Power BI). É necessário oferecer dashboards com KPIs de RH, incluindo indicadores de conformidade com eSocial e Audep.

5.5. A solução deve possuir plano de continuidade de negócio, além de mecanismos de alta disponibilidade e failover automático. Deve incluir monitoramento proativo, alertas de falhas e dashboards de saúde do sistema.

## **6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC**

### **6.1. Requisitos Funcionais**

- 6.1.1. Cadastro completo de organizações, estruturas, cargos, vínculos e pessoas, com histórico funcional e movimentações;
- 6.1.2. Controle de vantagens, adicionais, benefícios e substituições temporárias;
- 6.1.3. Gestão de estágios e contratos correlatos;
- 6.1.4. Simulação e previsão de folha de pagamento, com parametrização de regras;
- 6.1.5. Emissão de relatórios gerenciais e analíticos, com filtros dinâmicos e exportação em formatos padrão (CSV, XLSX, PDF);
- 6.1.6. Dashboards com indicadores de RH, incluindo conformidade com eSocial e AudeSP;
- 6.1.7. Workflows configuráveis para processos internos, com trilhas de auditoria.

### **6.2. Requisitos Não Funcionais**

- 6.2.1. Disponibilidade mínima de 99,5%, com SLA formalizado;
- 6.2.2. Escalabilidade horizontal para atender picos de demanda;
- 6.2.3. Interface responsiva e compatível com navegadores modernos;
- 6.2.4. Tempo de resposta inferior a 3 segundos para consultas (p95);
- 6.2.5. Ambiente de homologação para testes de integração e regressão.

### **6.3. Requisitos de Integração**

- 6.3.1. APIs RESTful documentadas, com suporte a webhooks;
- 6.3.2. Autenticação segura;
- 6.3.3. Integração com sistemas corporativos do DER-SP e órgãos de controle;
- 6.3.4. Controle de idempotência, versionamento de APIs e logs de integração;
- 6.3.5. Integração do ponto com o reconhecimento facial localizado nas catracas de entrada do DERSP.

### **6.4. Requisitos de Segurança e Conformidade**

- 6.4.1. Atendimento à LGPD, com controle de acesso baseado em papéis;
- 6.4.2. Criptografia em repouso e em trânsito;
- 6.4.3. Trilhas de auditoria imutáveis para todas as operações críticas;
- 6.4.4. Backup diário com retenção mínima de 30 dias e testes periódicos de restauração;
- 6.4.5. Registro e tratamento de incidentes de segurança, com plano de resposta.

### **6.5. Requisitos de Continuidade e Monitoramento**

- 6.5.1. Plano de Continuidade de Negócio;

- 6.5.2. Alta disponibilidade e failover automático;
- 6.5.3. Monitoramento proativo com alertas e dashboards de saúde do sistema.
- 6.6. A solução deve permitir o cadastro, controle e acompanhamento de todos os profissionais terceirizados que atuam no DER-SP, vinculando-os aos respectivos contratos e fornecedores. Deve contemplar:
  - 6.6.1. Dados pessoais e funcionais do terceirizado;
  - 6.6.2. Contrato de origem e vigência;
  - 6.6.3. Unidade de lotação e gestor responsável;
  - 6.6.4. Controle de acesso e permissões;
  - 6.6.5. Relatórios consolidados por contrato, fornecedor e unidade.
- 6.7. A gestão de terceirizados é crítica para garantir transparência, conformidade contratual e segurança institucional, considerando que o DER-SP mantém diversos contratos de suporte e serviços especializados. A ausência de controle centralizado aumenta riscos de acessos indevidos, falhas de governança e inconsistências na execução contratual.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

- 7.1. Contratação de solução tecnológica para gestão integrada de Recursos Humanos, incluindo:
  - 7.1.1. Licenciamento de uso do software (modelo SaaS ou equivalente);
  - 7.1.2. Serviços de implantação, parametrização e migração de dados;
  - 7.1.3. Treinamento de usuários-chave e administradores;
  - 7.1.4. Suporte técnico e manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa durante a vigência contratual.
- 7.2. A estimativa considera:
  - 7.2.1. Quantitativo atual de servidores e empregados do DER-SP;
  - 7.2.2. Necessidade de integração com sistemas corporativos e órgãos de controle;
  - 7.2.3. Escopo funcional definido no Termo de Referência;
  - 7.2.4. Vigência contratual prevista no Plano de Contratações Anual.

8. Levantamento de soluções

8.1. O levantamento foi realizado com base em pesquisa de mercado, análise de soluções utilizadas por outros órgãos públicos e consulta a fornecedores especializados em sistemas de gestão de Recursos Humanos. Foram consideradas soluções que atendem aos requisitos funcionais e não funcionais definidos neste ETP, bem como conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 68.017/2023 e normas correlatas.

| Solução   | Modelo de Licenciamento  | Principais Funcionalidades               | Integração via API | Atende eSocial /Audesp | Observações                  |
|-----------|--------------------------|--|--------------------|------------------------|------------------------------|
| Solução A | SaaS (assinatura mensal) | Gestão de pessoal, folha, relatórios, BI | Sim                | Sim                    | Alta aderência, suporte 24x7 |
|           | Licença                  |  |                    |                        |                              |

|           |                       |  |         |     |                              |
|-----------|-----------------------|--|---------|-----|------------------------------|
| Solução B | perpétua + manutenção | Gestão funcional, folha, relatórios básicos          | Parcial | Sim | Exige infraestrutura própria |
| Solução C | SaaS                  | Gestão completa de RH, dashboards, integração nativa | Sim     | Sim | Melhor custo-benefício       |

8.2. Análise Comparativa:

- 8.2.1. Solução A: Atende plenamente aos requisitos, com alta escalabilidade e suporte contínuo.
- 8.2.2. Solução B: Exige investimento em infraestrutura e equipe técnica, com menor flexibilidade para atualizações.
- 8.2.3. Solução C: Oferece recursos avançados de integração e relatórios, com custo competitivo e menor complexidade de implantação.

8.3. Conclusão do Levantamento:

- 8.3.1. Com base na análise, as soluções em modelo SaaS apresentam maior aderência aos requisitos do DER-SP, garantindo escalabilidade, atualização contínua e menor custo de manutenção.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. A análise comparativa considerou os seguintes critérios: aderência funcional, integração via API, conformidade legal (eSocial, AudeSP, LGPD), segurança da informação, modelo de licenciamento, custo estimado e suporte técnico:

| Critério                     | Solução A (SaaS)  | Solução B (Licença Perpétua) | Solução C (SaaS)  |
|------------------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|
| Aderência Funcional          | Alta              | Média                        | Alta              |
| Integração via API           | Completa          | Parcial                      | Completa          |
| Conformidade eSocial /AudeSP | Sim               | Sim                          | Sim               |
| LGPD e Segurança             | Alta              | Média                        | Alta              |
| Modelo de Licenciamento      | Assinatura Mensal | Licença perpétua             | Assinatura Mensal |
| Custo Estimado               | Médio             | Alto                         | Médio             |
| Suporte Técnico              | 24x7              | Sem suporte técnico          | 24x7              |

9.2. As soluções A e C, ambas em modelo SaaS, apresentam maior aderência aos requisitos técnicos e funcionais, além de oferecerem atualizações contínuas, escalabilidade e menor custo de manutenção.

9.3. A Solução C foi considerada a mais vantajosa por apresentar melhor custo-benefício, alta aderência funcional, integração completa via API, conformidade com eSocial, AudeSP e LGPD, além de recursos avançados de relatórios e dashboards. Sua arquitetura SaaS elimina a necessidade de infraestrutura própria, reduzindo custos operacionais e garantindo atualizações automáticas, alta disponibilidade e suporte 24x7, fatores essenciais para a continuidade e governança dos processos de RH no DER-SP.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Durante o levantamento de mercado, foram identificadas soluções que, após análise técnica, foram consideradas inviáveis para atender às necessidades do DER-SP:

- 10.1.1. Solução B – Licenciamento Perpétuo com Infraestrutura Própria (inviável):



- 10.1.1.1. Exige aquisição e manutenção de infraestrutura própria, aumentando custos e complexidade operacional;
- 10.1.1.2. Menor flexibilidade para atualizações e evolução tecnológica;
- 10.1.1.3. Integração limitada com sistemas corporativos via API;
- 10.1.1.4. Suporte restrito a horário comercial, incompatível com a criticidade do serviço.

#### 10.1.2. Soluções com Baixa Aderência Funcional (inviável):

- 10.1.2.1. Ausência de módulos essenciais para gestão integrada de RH (ex.: previsão de folha, relatórios analíticos, controle de terceirizados por contrato);
- 10.1.2.2. Falta de conformidade com requisitos legais (eSocial, Audeps, LGPD);
- 10.1.2.3. Inexistência de mecanismos robustos de segurança e trilhas de auditoria.

#### 10.1.3. Soluções On-Premises sem Roadmap de Atualização (inviável):

- 10.1.3.1. Dependência de equipe interna para manutenção e atualização;
- 10.1.3.2. Risco de obsolescência tecnológica;
- 10.1.3.3. Elevado custo de propriedade (TCO) em comparação com soluções SaaS.

## 11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. A comparação considera implantação, mensalidade/Manutenção e o Custo Total de Propriedade (TCO) no horizonte de 12 meses, com base nos requisitos definidos no ETP. Os valores abaixo são estimativos para fins de planejamento e serão refinados na fase de pesquisa de preços e julgamento da proposta.

| Solução                    | Solução A         | Solução B   | Solução C         |
|----------------------------|-------------------|---|-------------------|
| <b>Modelo</b>              | SaaS              | Licença perpétua + suporte                          | SaaS              |
| <b>Implantação</b>         | R\$ 80.000,00     | R\$ 150.000,00                                      | R\$ 70.000,00     |
| <b>Mensalidade/Suporte</b> | R\$ 18.000,00/mês | R\$ 10.000,00/mês (suporte)                         | R\$ 15.000,00/mês |
| <b>Custo 12 Meses</b>      | R\$ 216.000,00    | R\$ 120.000,00                                      | R\$ 180.000,00    |
| <b>TCO 12 meses</b>        | R\$ 296.000,00    | R\$ 270.000,00 (+ custos de infraestrutura própria) | R\$ 250.000,00    |

11.2. A Solução B requer infraestrutura própria (hardware, software base, data center, backup, equipe de operação). Esses itens não estão incluídos no TCO acima e tendem a elevar significativamente o custo real em 12 meses quando comparado ao modelo SaaS.

11.3. No horizonte de 12 meses, a Solução C (SaaS) apresenta o menor TCO estimado (R\$ 250.000,00) e mantém alta aderência funcional, integração completa via API, conformidade com eSocial/Audeps/LGPD e suporte 24x7, configurando o melhor custobenefício. A Solução A possui TCO superior (R\$ 296.000,00). A Solução B, embora aparente TCO de R\$ 270.000,00, não internaliza os custos de infraestrutura e operação, tornandoa menos vantajosa no cenário real.

## 12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. Contratação de solução tecnológica integrada de Recursos Humanos, preferencialmente em modelo SaaS, para suportar os processos institucionais do DERSP com foco em governança, conformidade legal (eSocial e Fase III do

Sistema Audesp), relatórios gerenciais/análíticos e integração corporativa. A solução deve abranger software, serviços de implantação e migração, treinamento, suporte e manutenção (corretiva, evolutiva e adaptativa) durante a vigência contratual.

## 12.2. A solução deverá prover, no mínimo:

12.2.1. Organizações: representação da estrutura do DERSP (sede, diretorias regionais e demais unidades) com parametrização por unidade.

12.2.2. Vínculos: controle dos regimes (estatutário e CLT), regras legais e obrigações correlatas (inclusive benefícios).

12.2.3. Pessoas: cadastro completo de servidores e empregados, histórico funcional, movimentações e dados pessoais.

12.2.4. Cadastros e processos: Organizações, Estruturas Organizacionais, Pessoas, Cargos, Funcionais, Vantagens, Grade de Substituição, Estágios e Previsão/Simulação de Folha.

12.2.5. Relatórios e BI: relatórios gerenciais e analíticos com filtros dinâmicos, exportação (CSV/XLSX/PDF), dashboards com KPIs de RH e painéis de conformidade (eSocial/Audesp).

12.2.6. Gestão de Terceirizados por Contrato (requisito estratégico): cadastro e controle de todos os profissionais terceirizados vinculados aos respectivos contratos e fornecedores, com dados pessoais/funcionais essenciais, unidade de lotação, gestor responsável, vigência, controles de acesso/perfis e relatórios consolidados por contrato, fornecedor e unidade.

12.2.7. Workflows configuráveis: fluxos de aprovação e trilhas de auditoria para alterações críticas.

12.2.8. Disponibilidade mínima:  $\geq 99,5\%$  mensal (excluídas janelas de manutenção previamente comunicadas).

12.2.9. Desempenho: tempo de resposta  $p95 \leq 3s$  em consultas típicas.

12.2.10. Usabilidade e acesso: interface web responsiva, compatível com navegadores modernos.

12.2.11. Ambientes: produção e homologação (para testes de integração e regressão).

12.2.12. APIs RESTful com documentação OpenAPI/Swagger, versionamento, controle de idempotência e limitação de taxa.

12.2.13. Webhooks para eventos relevantes (ex.: alterações cadastrais, movimentações, consolidações).

12.2.14. Integração com sistemas corporativos do DERSP e com os mecanismos de geração/validação do eSocial e Audesp.

12.2.15. Criptografia em trânsito (TLS 1.2+) e em repouso (AES256).

12.2.16. RBAC (controle de acesso por papéis), perfis por unidade e segregação de funções.

12.2.17. Trilhas de auditoria imutáveis (quem/ quando/ o quê/ antes e depois).

12.2.18. Políticas de retenção e descarte; backup diário com testes de restauração.

12.2.19. Registro e tratamento de incidentes, com comunicação ao controlador conforme LGPD.

12.2.20. Mascaramento/pseudonimização em relatórios, quando aplicável.

12.2.21. Alta disponibilidade e failover documentados.

12.2.22. Monitoramento proativo (métricas, logs, alertas), dashboards de saúde e relatórios de SLA.

12.2.23. Plano de Implantação com cronograma por fases (levantamento, configuração, integrações, testes, homologação e golive).

12.2.24. Migração de dados com processos de ETL, saneamento cadastral e validação (amostral e/ ou integral conforme criticidade).

12.2.25. Testes: funcionais, integrados, performance e segurança, com evidências e critérios de aceite.

12.2.26. Documentação: manuais de usuário, guias de administração e catálogo de APIs.

12.2.27. Capacitação para usuários-chave, gestores e administradores; materiais didáticos; sessões gravadas; plano de apoio pós-golive.

12.2.28. Atendimento 24x7 para incidentes críticos; demais severidades em horário comercial ampliado.

12.2.29. Manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa, com notas de versão e janelas de mudança controladas.

12.2.30. SLA com prazos de resposta/solução por criticidade e relatórios mensais de desempenho.

### **13. Estimativa de custo total da contratação**

**Valor (R\$):** 339.428,00

13.1. A estimativa foi elaborada com base em pesquisa de mercado, considerando soluções que atendem aos requisitos funcionais e não funcionais definidos neste ETP. Foram incluídos os seguintes componentes:

13.1.1. Implantação e migração de dados (incluindo processos ETL e testes);

13.1.2. Licenciamento da solução (modelo SaaS);

13.1.3. Serviços de suporte e manutenção (corretiva, evolutiva e adaptativa);

13.1.4. Treinamento e transferência de conhecimento.

13.2. O valor total previsto para a contratação do sistema integrado de gestão de Recursos Humanos é de R\$ 339.428,80, conforme estimativa elaborada com base em pesquisa de mercado e processos similares. Este montante contempla todos os serviços necessários para garantir a plena operação da solução, incluindo locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva.

13.3. Dentro do valor global, está previsto um custo específico para conversão e implantação, correspondente a 23% do valor total da licitação, o que equivale a R\$ 78.068,62. Este percentual reflete a complexidade das atividades iniciais, como migração de dados, parametrização do sistema e treinamento dos usuários, etapas indispensáveis para assegurar a continuidade e integridade das informações.

13.4. Após a fase de implantação, o contrato prevê a locação mensal do sistema no modelo SaaS, com valor de R\$ 21.780,01 por mês, durante 12 meses, totalizando R\$ 261.360,12. Essa estrutura de desembolso garante previsibilidade orçamentária e diluição dos custos ao longo do período contratual, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.5. O planejamento apresentado assegura que todos os componentes do serviço sejam contemplados, permitindo ao DER/SP modernizar seus processos de gestão de pessoal com uma solução tecnológica robusta, integrada e em conformidade com as exigências legais.

### **14. Justificativa técnica da escolha da solução**

14.1. A solução selecionada atende integralmente aos requisitos estabelecidos, incluindo:

14.1.1. Gestão integrada de organizações, vínculos, pessoas, cargos, vantagens e previsões de folha;

14.1.2. Relatórios gerenciais e analíticos, dashboards com KPIs e painéis de conformidade (eSocial/Audesp);

- 14.1.3. Controle de terceirizados por contrato, requisito estratégico para governança;
- 14.1.4. Workflows configuráveis e trilhas de auditoria imutáveis.
- 14.2. Com relação a conformidade legal e normativa, a solução garante:
  - 14.2.1. Adequação às obrigações do eSocial e da Fase III do Sistema Audeps;
  - 14.2.2. Atendimento à LGPD, com criptografia em trânsito (TLS 1.2+) e em repouso (AES-256), controle de acesso baseado em papéis (RBAC) e trilhas de auditoria;
- 14.3. Com relação a integração e interoperabilidade, a solução oferece:
  - 14.3.1. APIs RESTful documentadas, suporte a webhooks, autenticação segura;
  - 14.3.2. Integração com sistemas corporativos do DER-SP e órgãos de controle, garantindo interoperabilidade e continuidade operacional.
- 14.4. Inclui mecanismos robustos de segurança, monitoramento proativo, plano de continuidade (RTO  $\leq$  4h, RPO  $\leq$  1h) e relatórios de SLA, assegurando governança e mitigação de riscos.
- 14.5. A solução escolhida apresenta melhor custo-benefício, com TCO estimado de R\$ 339.428,80 para 12 meses, contemplando implantação, migração, locação SaaS, suporte e manutenção evolutiva. O modelo SaaS elimina custos de infraestrutura própria, reduz complexidade operacional e garante atualizações contínuas.
- 14.6. A solução recomendada é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada às diretrizes de modernização e governança do DER-SP, assegurando conformidade legal, eficiência administrativa e transparência.

## **15. Justificativa econômica da escolha da solução**

- 15.1. A solução escolhida apresenta melhor relação custo-benefício considerando os seguintes fatores:
  - 15.1.1. Modelo SaaS elimina custos com aquisição e manutenção de infraestrutura própria, reduzindo o Custo Total de Propriedade (TCO) e garantindo atualização contínua sem ônus adicional.
  - 15.1.2. O valor global estimado de R\$ 339.428,80 contempla todos os serviços necessários (implantação, conversão de dados, locação, suporte e manutenção evolutiva), assegurando previsibilidade orçamentária.
  - 15.1.3. A estrutura de desembolso, com implantação e migração correspondendo a 23% do valor total (R\$ 78.068,62) e locação mensal de R\$ 21.780,01 por 12 meses (R\$ 261.360,12), dilui custos ao longo do contrato, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência.
  - 15.1.4. Comparada às soluções analisadas, esta alternativa oferece menor TCO, maior aderência funcional e conformidade legal, evitando gastos futuros com customizações ou adequações normativas.
  - 15.1.5. A escolha garante redução de riscos financeiros associados a sanções por descumprimento de obrigações legais (eSocial, Audeps) e custos ocultos decorrentes de processos manuais.
- 15.2. A solução recomendada é tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, assegurando governança, conformidade e eficiência na gestão de pessoal do DER-SP.

## **16. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

- 16.1. A contratação da solução integrada de gestão de Recursos Humanos proporcionará benefícios estratégicos e operacionais para o DER-SP, incluindo:
  - 16.1.1. Atendimento às obrigações do eSocial e da Fase III do Sistema Audeps, evitando sanções e glosas.

- 16.1.2. Adequação à LGPD, garantindo segurança e privacidade dos dados pessoais.
- 16.1.3. Eliminação de processos manuais e fragmentados, reduzindo retrabalho e inconsistências.
- 16.1.4. Automação de rotinas críticas, como movimentações funcionais e parametrização de regras.
- 16.1.5. Disponibilização de relatórios gerenciais e analíticos detalhados, com indicadores de desempenho e conformidade.
- 16.1.6. Controle centralizado de terceirizados por contrato, fortalecendo a gestão contratual e a prestação de contas.
- 16.1.7. Integração via APIs RESTful com sistemas corporativos e órgãos de controle.
- 16.1.8. Modernização da infraestrutura de gestão de pessoal, alinhada às diretrizes de transformação digital.
- 16.1.9. Estrutura de custos planejada (implantação + locação SaaS), garantindo economicidade e diluição dos gastos ao longo do contrato.

## **17. Providências a serem Adotadas**

- 17.1. Inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme Decreto nº 67.689/2023.
- 17.2. Aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência pelo COETIC, conforme normativas estaduais.
- 17.3. Definição de critérios técnicos e econômicos para julgamento, assegurando competitividade e economicidade.
- 17.4. Designação de equipe técnica e administrativa para acompanhamento do projeto.
- 17.5. Planejamento de treinamento para usuários-chave e administradores.
- 17.6. Implementação de mecanismos de controle de terceirizados por contrato, conforme requisito estratégico.
- 17.7. Definição de rotinas de auditoria e relatórios periódicos para órgãos de controle.
- 17.8. Garantia de backup diário, plano de continuidade (RTO/RPO) e monitoramento proativo.
- 17.9. Adoção de políticas de segurança da informação e conformidade com LGPD.

## **18. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **18.1. Justificativa da Viabilidade**

18.1. A contratação da solução integrada de gestão de Recursos Humanos é viável técnica e economicamente, pois atende aos requisitos funcionais e não funcionais definidos, garantindo conformidade com eSocial, Sistema AudeSP e LGPD. A arquitetura SaaS assegura alta disponibilidade, segurança e integração via API, eliminando custos com infraestrutura própria e reduzindo o Custo Total de Propriedade. O valor estimado de R\$ 339.428,80 contempla implantação, migração, locação, suporte e manutenção evolutiva, oferecendo previsibilidade orçamentária e economicidade. Além disso, a solução permitirá modernização dos processos, maior eficiência, transparência e governança, alinhando-se às diretrizes de transformação digital do Estado de São Paulo.

## **19. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**ANDRE STEFANO DE OLIVEIRA LEITE**

Coordenador de Tecnologia da Informação



*Assinou eletronicamente em 21/10/2025 às 15:24:38.*



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.286/2025**

## **ANEXO II**

### **INSTRUMENTO DE MEDICAÇÃO DE RESULTADO- IMR**

## ANEXO II – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. O presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) tem por finalidade estabelecer critérios, indicadores, pesos e metodologias para aferição da qualidade e conformidade da execução do objeto contratado, permitindo avaliar o desempenho da Contratada e mensurar eventuais descontos aplicáveis.

2. Tem como objetivo avaliar a qualidade da prestação dos serviços contratados, vinculando os pagamentos mensais ao cumprimento de metas e indicadores previamente definidos, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2022 e no Decreto estadual nº 67.608/2023.

### 3. Indicadores de Qualidade

| INDICADOR                       | DESCRIÇÃO                                      | META A CUMPRIR                        | FORMA DE VERIFICAÇÃO      | MECANISMO DE CÁLCULO                            |
|---------------------------------|--|---------------------------------------|---------------------------|---|
| Disponibilidade do sistema      | Garantir acesso contínuo ao sistema            | ≥ 99,5% de uptime mensal              | Monitoramento via sistema | (Horas disponíveis / Horas totais) × 100        |
| Atendimento técnico             | Garantir resposta rápida a chamados            | Atendimento inicial ≤ 4h úteis        | Registro de chamados      | Média de tempo de resposta                      |
| Atualizações legais             | Cumprimento de prazos legais (eSocial, AudeSP) | 100% das atualizações dentro do prazo | Verificação documental    | Nº de entregas no prazo / Total de entregas     |
| Funcionalidade das integrações  | Estabilidade das APIs REST                     | 100% dos endpoints operacionais       | Relatório técnico         | Nº de endpoints funcionais / Total de endpoints |
| Qualidade da conversão de dados | Integridade dos dados migrados                 | ≥ 98% de conformidade                 | Avaliação conjunta        | Nº de registros válidos / Total de registros    |



#### 4. Faixas de Ajuste no Pagamento

| <b>DESEMPENHO</b>              | <b>PERCENTUAL DE PAGAMENTO</b>      |
|--------------------------------|-------------------------------------|
| Cumprimento integral das metas | 100%                                |
| Cumprimento entre 90% e 99%    | 95%                                 |
| Cumprimento entre 80% e 89%    | 90%                                 |
| Cumprimento entre 70% e 79%    | 85%                                 |
| Abaixo de 70%                  | 80% + possível aplicação de sanções |



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.286/2025**

**ANEXO III**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

## DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo Administrativo nº 139.00096004/2025-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
DO ESTADO DE SÃO PAULO POR INTERMÉDIO DA  
COORDENADORIA GERAL DE AQUISIÇÕES E LICITAÇÕES

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria Geral de Aquisições e Licitações, com sede na Avenida do Estado, 777 – Bom Retiro, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 43.052.497/0001-02, neste ato representado pela Diretora de Administração Senhora Benedita Aparecida de Siqueira, nomeada pela Portaria PR/DER nº 002/2025, de 1º de março de 2025, publicado no DOE de 1º de março de 2025, portadora da identificação funcional nº 21.783, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 139.00096004/2025-40** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90.286/2025**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS (Software as a Service)**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|-------------------|------------------|----------------|-------------|
| 1    | Contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS | 27502  | SERVIÇO           | 1                |                |             |

|  |                         |  |  |  |  |  |
|--|-------------------------|--|--|--|--|--|
|  | (Software as a Service) |  |  |  |  |  |
|--|-------------------------|--|--|--|--|--|

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$.....(....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 20/10/2025.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPC-FIPE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação,



vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$\_\_\_\_\_, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum

período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Unidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 26051

II. Fonte de Recursos: 150140001

III. Programa de Trabalho: 26122263065370000

IV. Elemento de Despesa: 339040

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da última assinatura eletrônica das partes.

---

**BENEDITA APARECIDA DE SIQUEIRA**  
**DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**Representante legal do CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

1-

2-



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

# **PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.286/2025**

## **ANEXO IV**

### **MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**



**ANEXO IV**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

**Empresa Fornecedora:**

CNPJ nº:

Razão Social:

Endereço:

Cidade:

UF:

CEP:

Telefone:

Endereço:

Dados Bancários:

**Sócio Administrador / Representante Legal:**

CPF do representante legal:

RG do representante legal:

**Processo Licitatório nº:** \_\_\_\_\_

**Valor total por XX (XXX) meses:** \_\_\_\_\_

**Validade da Proposta:** \_\_\_\_\_ dias.

**Prazo de início dos serviços:** \_\_\_\_\_ dias após assinatura do contrato.

**Objeto:** Contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS (Software as a Service).

| <i><b>LOTE</b></i> | <i><b>ESPECIFICAÇÃO</b></i> | <i><b>CATSER</b></i> | <i><b>UNIDADE DE<br/>MEDIDA</b></i> | <i><b>QTDE.</b></i> | <i><b>TOTAL<br/>GERAL</b></i> |
|--------------------|-----------------------------|----------------------|-------------------------------------|---------------------|-------------------------------|
|                    |                             |                      |                                     |                     |                               |

|   |  |       |         |   |  |
|---|--|-------|---------|---|--|
| 1 | Contratação de serviços especializados para locação, implantação, conversão de dados, suporte técnico e manutenção evolutiva de sistema integrado de gestão de Recursos Humanos, modelo SaaS (Software as a Service) | 27502 | SERVIÇO | 1 |  |
|---|--|-------|---------|---|--|

Declaramos, sob as penalidades da lei, para fins de participação no processo licitatório supra referenciado, que:

- A proposta atende às especificações e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Os preços propostos incluem todos os tributos, taxas, encargos, seguros, fretes, e demais despesas necessárias para execução integral do objeto;
- Aceitamos integralmente as condições constantes do edital, seus anexos e termos de referência;
- Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos para esta contratação.

*(Local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(nome/assinatura do representante legal)*



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**Nº 90.286/2025**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** (em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)